

"NOSSOS DEPUTADOS QUE SÃO DE OUTROS PARTIDOS ESTÃO LIBERADOS E NÃO TÊM OBRIGAÇÃO DE ASSINAR A CPI"

DEPUTADO BISPO RODRIGUES (PL-RJ)

Porta-voz da Igreja Universal

"E NÃO SOU MALUCO DE ASSINAR ESSE REQUERIMENTO PRECISAMENTE AGORA QUE O MINISTRO MATARAZZO (ANDREA MATARAZZO, MINISTRO-CHEFE DA SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO DO GOVERNO) TRIPLICOU AS VERBAS PUBLICITÁRIAS PARA A RECORD"

DEPUTADO DE VELASCO (PSL-SP)

Pastor da Igreja Universal

"TEMOS UMAS DEZ CARTAS DE DEPUTADOS DISPOSTOS A RETIRAR A ASSINATURA DO REQUERIMENTO"

DEPUTADO ARNALDO MADEIRA (PSDB-SP)

Líder do governo na Câmara

Sérgio Amaral 13.2.01



DIRCEU: FALTAM APENAS SEIS ASSINATURAS PARA INSTALAÇÃO DA CPI

Apoio para a CPI da Corrupção

SENADO

Da Agência Estado

A criação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Corrupção ganhou força ontem, na Câmara, com a adesão de 11 deputados do bloco PL/PSL. Segundo o presidente do PT, deputado José Dirceu (SP), faltam apenas seis assinaturas de deputados para a instalação da CPI mista. Na Câmara são necessárias 171 assinaturas e no Senado 27, número já obtido junto aos senadores. O apoio à CPI dividiu, no entanto, os deputados integrantes da bancada da Igreja Universal do Reino de Deus, da Câmara.

O deputado De Velasco (PSL-SP), pastor da Igreja, recusou-se a assinar o requerimento para a abertura da Comissão sob o argumento de que a adesão poderia prejudicar o repasse de verbas publicitárias para a rede Record, emissora de televisão comandada pelo bispo Edir Macedo, da Igreja Universal do Reino de Deus. Os motivos de De Velasco foram dados durante a reunião de ontem à tarde do bloco PL/PSL e, segundo um dos integrantes do encontro, o deputado alegou que era um "velho batalhador" e que "lutou muito" pela rede Record e, portanto, não apoiaria uma CPI contra o Palácio do Planalto, logo agora que o governo aumentou as verbas publicitárias para a televisão.

"E não sou maluco de assinar esse requerimento precisamente agora que o ministro Matarazzo (Andrea Matarazzo, ministro-chefe da secretaria de comunica-

ção do governo) triplicou as verbas publicitárias para a Record", teria justificado De Velasco, de acordo com o relato de deputados que participaram da reunião do bloco PL/PSL.

O ministro Matarazzo negou, no entanto, que tenha aumentado as verbas publicitárias da TV Record. Argumentou que "não tem poder para definir o uso de verbas" e que o repasse de recursos publicitários governamentais é calculado proporcionalmente aos índices de audiência de cada emissora. "Portanto, não tem fundamento técnico nem legal essa história", afirmou Matarazzo.

VERBA PUBLICITÁRIA

Um dos cerca de 20 itens do requerimento da CPI é o que propõe a investigação da distribuição das verbas publicitárias pela secretaria de Matarazzo. Segundo um líder da oposição, este item foi incluído no requerimento a pedido do deputado bispo Rodrigues (PL-RJ), porta-voz da Igreja Universal. A decisão de De Velasco de não apoiar a CPI foi seguida pelo pastor e deputado Valdeci Paiva (PSL-RJ). No PL, o bispo Wanderval (SP) também não assinou o requerimento, mas sob a alegação de que está doente.

Outros cinco deputados da Igreja Universal que estão em outros partidos também não aderiram à criação da CPI. "Nossos deputados que são de outros partidos estão liberados e não têm obrigação de assinar a CPI", disse

o bispo Rodrigues.

Segundo ele, a TV Record recebe anualmente cerca de R\$ 2 milhões em verbas publicitárias do governo, mesmo valor da TV Bandeirantes, que tem uma audiência inferior à emissora do bispo Macedo. "É verba publicitária de revista e não de uma rede nacional de televisão", observou o bispo Rodrigues. O ministro Matarazzo informou que a TV Record recebe 7% do total de verbas publicitárias do governo destinadas à mídia em televisão.

Dos 23 deputados do bloco PL/PSL, 17 assinaram o requerimento da CPI — seis já haviam aderido à criação do inquérito anteriormente. Dos 17 do bloco, dois são do PSL e 15 do PL. O deputado Luciano Bivar (PSL-PE) havia assinado o pedido, mas retirou o seu apoio. O deputado João Caldas (PL-AL) prometeu assinar o requerimento, mas argumentou que antes precisa conversar com o presidente do PSDB, senador Teotônio Vilela, também de Alagoas.

Apesar das novas adesões à CPI, o líder do governo na Câmara, deputado Arnaldo Madeira (PSDB-SP), disse que não está preocupado. "Temos umas dez cartas de deputados dispostos a retirar a assinatura do requerimento", afirmou Madeira. Mas, ontem o governo sofreu, pelo menos, uma baixa: o deputado tucano Flávio Arns (PR), sobrinho do cardeal dom Paulo Evaristo Arns, assinou o requerimento de criação da comissão.